



Escola Superior  
de Enfermagem  
de Coimbra

# Caderno de Encargos

## Consulta Prévia

### Aquisição de scanner 3D e serviços de desenvolvimento tecnológico

ESEnfc\_Mod.3-2020





## PARTE I - Cláusulas jurídicas

### Artigo 1º | Objeto

O presente Caderno de Encargos tem por finalidade a adjudicação e compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual ao abrigo do art 20º nº1 c) Código dos Contratos Públicos (CCP), na atual redação, e que tem por objeto principal a aquisição de scanner 3D e serviços de desenvolvimento tecnológico.

Aquisição e equipamento e serviços financiado pelo Projeto UIDP/00742/2020.

Fornecimento classificado com o código CPV 30216110-0 e 73100000-3 conforme legislação em vigor.

### Artigo 2º | Local da entrega dos bens

Os bens e serviços objeto deste procedimento serão entregues no edifício da ESEnFC: Pólo B, sito na Rua 5 de Outubro – Coimbra, ou noutro local a acordar, ao cuidado do Serviço de Aprovisionamento, ou no caso de licenças podem ser disponibilizadas remotamente.

### Artigo 3º | Prazo

Os fornecimentos e serviços a realizar no âmbito do contrato deverão ser integralmente executados no no máximo de 30 dias úteis para o lote 1, e de 60 dias para o lote 2, de acordo com o envio da Nota de Encomenda pelo adjudicante.

### Artigo 4º | Contrato e Prevalência

1. O contrato será reduzido a escrito de acordo com o art.º. 95º do CCP e é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. Fazem ainda parte integrante do contrato documentos conforme nº 2 do art.96º do CCP:
3. Além dos documentos indicados nos números anteriores, a entidade fornecedora obriga-se também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.



4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Artigo 5º | Condições de pagamento**

1. O preço será pago por cada fornecimento e serviços entregues devendo a respetiva liquidação ser feita até ao limite de 30 (trinta) dias, da apresentação da fatura, e de acordo com a requisição contabilística emitida pela adjudicante, sendo o seu pagamento efetuado por transferência bancária.
2. Nas faturas deve ser indicado o número de compromisso que consta na Nota de Encomenda.
3. Nas condições de pagamento não podem ser propostos adiantamentos por conta do fornecimento a efetuar.
4. Ao abrigo do nº1 do art. 299º-B do CCP as faturas deverão ser eletrónicas, através de Intercâmbio Eletrónico de Dados, disponibilizado pela YET - Your Electronic Transactions, Lda. (YET), pelo que deverá ser estabelecido contacto com a (YET).

#### **Artigo 6º | Sigilo e proteção de dados**

1. O cocontratante garantirá sigilo e confidencialidade sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à ESEnC, de que os seus funcionários venham a ter conhecimento no âmbito da sua execução, sendo extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja

legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. A quebra de sigilo profissional imputável a pessoal adstrito ao adjudicatário, poderá constituir à entidade adjudicante o direito à denúncia unilateral do contrato de adjudicação.
5. A entidade adjudicatária na execução dos serviços e os seus trabalhadores ou colaboradores, independentemente do seu vínculo contratual, declara que cumpre a aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e demais legislação em vigor.

#### **Artigo 7º | Cessão da posição contratual**

1. O cocontratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da contratante pública.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, e nos termos do art 318º do CCP, deve apresentar toda a documentação de habilitação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

#### **Artigo 8º | Incumprimento por facto imputável ao cocontratante e resolução sancionatória**

1. Se o cocontratante não cumprir de forma exata e pontual as obrigações contratuais ou parte delas por facto que lhe seja imputável, deve o contraente público notificá-lo para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o contraente público tenha perdido o interesse na prestação.
2. Mantendo -se a situação de incumprimento após o decurso do prazo referido no número anterior, o contraente público pode optar pela efetivação das prestações de natureza fungível em falta, diretamente ou por intermédio de terceiro, ou por resolver o contrato com fundamento em incumprimento definitivo, nos termos do disposto no artigo 333.º do CCP.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços/fornecimento ou falta de reposição de bom funcionamento por período superior a 10 dias úteis.



4. Se o contraente público optar pela execução das prestações fungíveis por terceiro, à formação do contrato com esse terceiro é aplicável o disposto na Parte II do CCP.
5. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação pelo contraente público de sanções previstas no contrato ou lei, se previstas, para o caso de incumprimento pelo cocontratante, por facto que lhe seja imputável, nem a aplicação das disposições relativas à obrigação de indemnização por mora e incumprimento definitivo previstas no Código Civil, sendo o montante deduzido das quantias devidas nos termos do nº 3 do art. 333º do CCP.
6. A resolução do contrato com base nos pontos anteriores determinará a execução total ou parcial do direito à caução prestada, se aplicável, e não dará lugar a qualquer indemnização por parte do adjudicante.
7. O disposto na cláusula anterior não prejudica o pagamento dos serviços já efetuados em conformidade com as cláusulas contratuais.
8. O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

#### **Artigo 9º | Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Artigo 10º | Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.



2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

#### **Artigo 11° | Fiscalização do modo de execução do contrato**

O contraente público dispõe de poderes de fiscalização conforme o estipulado no art. 305º do CCP.

#### **Artigo 12° | Foro competente**

Para todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra ou o Tribunal da Comarca de Coimbra

#### **Artigo 13° | Comunicações e notificações**

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes contratuais, estas devem ser escritas e redigidas em português, nos termos previstos no CCP art.468º e segs, e dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato e qualquer alteração das informações de contacto constantes do documento outorgado deve ser comunicada à outra parte.

#### **Artigo 14° | Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados salvo quando expressamente previstos dias úteis.

#### **Artigo 15° | Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



## PARTE II - Cláusulas técnicas

### Artigo 16º - Obrigações do contratante público

#### São obrigações do adjudicante:

1. Confirmar, aquando da solicitação de entrega dos bens e serviços, a sua identificação e quantidade necessária, de forma escrita, via telecópia ou correio eletrónico.
2. No ato do fornecimento dos bens e serviços, procederá à verificação quantitativa e qualitativa dos mesmos.
3. Após esta verificação, a entidade adjudicante poderá:
  - a) receber os bens
  - b) devolver excedentes;
  - c) solicitar a entrega de bens em falta;
  - d) rejeitar bens por apresentarem deficiências de qualidade;
  - e) aceitar bens mediante condição de, após exame posterior ou durante a utilização dos mesmos, serem comprovadas as características exigidas.
4. A rejeição dos bens por parte da entidade adjudicante pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos danos sofridos.
5. Efetuar o pagamento respeitante aos bens fornecidos e serviços prestados.
6. Suspender a faturação e correspondente pagamento até que a situação se encontre regularizada relativamente a fornecimento de bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente.

### Artigo 17º | Obrigações do adjudicatário

#### São obrigações do cocontratante:

##### Lote 1 – Scanner 3D

1. Fornecer scanner 3D com as seguintes características:
  - Leve e portátil
  - Dimensão do objeto - 30cm a 10m
  - Resolução máxima - 0,6 mm

- Precisão máxima - 0,1 mm
- Velocidade de captura - até 35 frames/s - 3M de pontos/s
- Luzes LED azuis garantem alta qualidade e o touchscreen integrado torna a digitalização mais fácil.
- Textura: sim
- Processamento Multi-core: sim
- Peso: 900 gr
- Ecrã: 4" touch screen
- Software: incluído
- Temperatura de trabalho: +5/+40°C
- Consumível – spray attblime ABZero para digitalizar superfícies escuras e refletivas
- Mala de transporte
- O scanner deve permitir a obtenção de dimensões e volumetrias para desenvolvimento de conceitos de design e protótipos de dispositivos médicos. Será usado não apenas em fases iniciais de desenvolvimento de conceito como posteriormente em testes de usabilidade com protótipos de dispositivos.
- Instalação e formação para 4 pessoas, com uma duração aproximada de 3 horas.

## **Lote 2 – Serviços de desenvolvimento tecnológico de almofada inteligente para cadeira de rodas**

Desenvolvimento tecnológico de modelo de almofada inteligente, para utilização em cadeira de rodas e colchão de cama, com capacidade de gerar avisos/alarmes e monitorização de zonas de pressão.

### **Descrição:**

Deverá ser utilizada película velostat, maleável e condutora de energia (micro-voltagem de sinal), sensível à pressão infligida, permitindo medições instantâneas entre cada célula (zonas de medição) permitindo o registo temporal e a duração de cada zona.





- Desenvolvimento e implementação de sensorização em almofada existente com a capacidade de aquisição de zonas de pressão e tempo exercido sobre uma determinada zona de pressão;
- Envio dos dados adquiridos através da tecnologia bluetooth para dispositivo móvel do utilizador da cadeira;
- Possibilidade de ajustes de configurações, alarmística e dados adquiridos através da aplicação móvel;
- Aplicação móvel a ser desenvolvida para as plataformas Apple iOS e Android.
- O objetivo será monitorizar e avaliar a postura sentado e deitado.

#### **Prazo de execução:**

Os serviços serão desenvolvidos em 5 fases, no prazo de 60 dias:

**Fase 1** - Compilação de todas as funcionalidades e requisitos necessários ao desenvolvimento do protótipo;

**Fase 2** - Revisão de literatura, pesquisa de patentes, dispositivos médicos comerciais, artigos científicos usando a metodologia utilizada para scoping review, definição de modelos de comunicação, forma de alarmística, calendarização dos trabalhos;

**Fase 3** - Documentação de especificação de requisitos e detalhes de implementação futura, protocolo de testes de validação;

**Fase 4** - Construção e implementação de hardware, software de datalogging, aplicação móvel para recolha de dados;

**Fase 5** - Testes de usabilidade realizados por profissionais de saúde em colaboração com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Elaboração de relatório do estudo realizado.

#### **Os serviços devem incluir:**

- Componentes eletrónicos;
- Sensorização;
- Integração em cadeira de rodas do Cliente;
- Testes de usabilidade e funcionamento;



- Documentação e manuais de utilização.

Quanto à fase 2 e 5 ainda deve ser realizada revisão da literatura e testes de validação.

2. Realizar a entrega dos bens **na Secção de Aprovisionamento**, sita na Rua 5 de Outubro – S. Martinho do Bispo – Coimbra, ou em local a designar superiormente ou por esta secção, no seu horário normal de funcionamento, entre as 9:00 e as 17:00 horas.
3. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve a entidade fornecedora, logo que dele tenha conhecimento, requerer à entidade contratante que lhe seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.
4. O cocontratante obriga-se a cumprir o prazo de entrega conforme art. 3º.
5. Os encargos e organização da entrega dos bens nas instalações da entidade adjudicante são da responsabilidade do adjudicatário.
6. Todos os encargos decorrentes da substituição/retificação, devolução ou destruição dos bens que tenham sido objeto de rejeição, serão da exclusiva responsabilidade do fornecedor.
7. A entrega dos bens é sempre acompanhada de guia de transporte/remessa, cópia da qual será assinada pelos recetores da entidade contratante, da qual deve constar, designadamente:
  - a) – A data de entrega;
  - b) – Identificação do fornecedor;
  - c) – Identificação da entidade contratante e local de entrega;
  - d) – Data da encomenda e número da requisição emitida pela ESEnFC ou referência ao correio eletrónico;
  - e) – N.º do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
  - f) – Indicação dos bens com referência ao respetivo código do produto;
  - g) – Preço de venda
8. O fornecimento de bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação se encontre regularizada.
9. Não transferir ou ceder a terceiros, sem o consentimento escrito do contratante público, os direitos e obrigações emergentes do contrato que vier a ser celebrado na base no caderno de encargos.



10. O cocontratante obriga-se a apresentar à entidade adquirente, sempre que esta lhe solicite, todos os documentos e informações relativos ao fornecimento, designadamente:
  - a) Documentos comprovativos da titularidade das autorizações, certificados ou licenças legalmente exigidas para o fornecimento contratado, cumprindo as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
11. Não transferir ou ceder a terceiros, sem o consentimento escrito do contratante público, os direitos e obrigações emergentes do contrato que vier a ser celebrado na base no caderno de encargos.

#### **Artigo 19º | Preço base**

1. A Escola pagará o valor máximo de:

Lote 1 - Scanner 3D – 6500€

Lote 2 - Serviços de desenvolvimento tecnológico de almofada inteligente para cadeira de rodas – 13500€

Valores acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. São excluídos os concorrentes que apresentem o preço superior ao indicado no ponto 1, deste artigo, conforme a alínea d), nº 2 do art.º 70º do CCP.

#### **Artigo 20º | Gestor do contrato**

Ao abrigo do art. 290º-A do CCP foi designado gestor do contrato:

Lote 1 - Scanner 3D – Prof. Coordenador Principal Pedro Parreira

Lote 2 - Serviços de desenvolvimento tecnológico de almofada inteligente para cadeira de rodas – Prof. Coordenador Principal Pedro Parreira



### **Artigo 20º | Consulta Preliminar**

Ao abrigo do art.º 35º-A do CCP foi realizada consulta preliminar ao mercado, nos mesmos termos ou similares aos descritos no presente Caderno de Encargos, tendo sido consultada entidade para a análise do serviço em causa:

Ponto Z, Lda - apresentou orçamento no montante de 6 147€, acrescido de IVA.

Gramicódigo, Lda. – apresentou orçamento no montante de 12 900€, acrescido de IVA.

### **Artigo 21º | Disposições finais**

1. A Direção da Escola reserva-se o direito de, junto do adjudicatário, exercer ações de verificação do cumprimento do contrato, nomeadamente, no que respeita à qualidade.
2. As dúvidas e casos omissos que eventualmente se suscitarem serão supridos por despacho do Órgão de Direção da Escola, tendo subjacente a legislação aplicável à matéria em causa.
3. Em tudo o que não estiver especialmente previsto, aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, (CCP).
4. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas e por transferência bancária.
5. O presente procedimento foi inscrito no orçamento da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra sob a rubrica orçamental com as classificações económicas 07.01.07B0C0 – Equipamento informático – Outros e 02.02.20E0 – Outros Trabalhos Especializados - Outros.

A Vice-Presidente da ESEnC,

(ao abrigo da delegação de competências

Desp. n.º 14892/2022-DR 2ª Série nº 251 - 30 de dezembro)

(Profª Doutora Maria Conceição Gonçalves Marques Alegre de Sá)